

A Historiografia da Linguística e a *retórica* dos linguistas: a força das palavras e seu valor histórico
Historiography of Linguistics and rhetoric of linguists: the power of words and its historical value

Ronaldo de Oliveira Batista*

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil
Katholieke Universiteit Leuven (visiting professor), Leuven, Bélgica

Resumo: Este texto tem como objetivo propor uma reflexão teórico-metodológica sobre o uso do que a Historiografia da Linguística denomina como *retórica* nos estudos que procuram reconstruir com objetivo interpretativo momentos da história dos estudos sobre a linguagem.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística. Retórica. História da Linguística.

Abstract: This text aims to propose a theoretical and methodological reflection on the use that Historiography of Linguistics calls as rhetoric in studies that seek to reconstruct, with an interpretative goal, moments in the history of studies about the language.

Key words: Historiography of Linguistics. Rhetoric. History of Linguistics.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP, Brasil, robatista@mackenzie.br. Professor-Visitante na Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica, no 2.º semestre de 2016. Este texto foi escrito durante estágio pós-doutoral em Leuven, sob supervisão de Pierre Swiggers, para o qual contei com bolsa do *Fundo Mackenzie de Pesquisa*.

1 INTRODUÇÃO: A PRÁTICA CIENTÍFICA E INTELLECTUAL E SUA DIMENSÃO SOCIAL

As reflexões elaboradas historiograficamente podem colocar em destaque uma complexa dimensão que se forma quando correntes teórico-metodológicas de tratamento da linguagem, reflexões sobre as línguas, produção de instrumentos linguísticos (como gramáticas e dicionários), entre outros tipos de prática que procuraram e procuram entender a linguagem humana, são consideradas como objeto de análise, permitindo uma interpretação do desenvolvimento histórico da construção de saberes por meio de uma perspectiva que estabelece o conhecimento científico como derivado de um contexto social e institucional.

Nessa perspectiva de observação, o historiógrafo pode chegar a interpretações que evidenciam como as ações da conduta investigativa na ciência relacionam-se em cadeia implicativa, na qual um posicionamento conduz a outro, ao mesmo tempo em que anula aqueles que se circunscrevem a outras esferas sociais de prática científica e/ou intelectual. Para chegar a esse ponto de investigação, observar a dimensão social do conhecimento científico é essencial, porque se passa a definir *“a ciência não como um episódio isolado de comportamento de determinado indivíduo, mas como um padrão de comportamento que se encaixa em determinado contexto”* (Dutra, 2008, p. 291). Ou seja, os empreendimentos científicos estabelecem uma rede de contatos, na qual apresentações de modelos e suas aplicações por um pesquisador ou intelectual implicam necessariamente formação de diálogo com o grupo a que ele pertence e mesmo com outros grupos em relação aos quais se coloca em posição de franca ruptura. Chega-se, portanto, ao que Bourdieu (2004) define como os capitais de valoração que envolvem o conhecimento intelectual e científico, permitindo o reconhecimento de ideias em um recorte temporal e em uma esfera institucional e social.

Já a dimensão interpretativa histórica, atuante quando se toma como material de análise essa complexa configuração social das ciências, é reconstruída constantemente pelas perspectivas analíticas que a tomam como objeto de observação a partir de diretrizes teórico-metodológicas, neste caso aquelas assumidas pela **Historiografia da Linguística**. Coloca-se como função desse recorte teórico interpretar saberes sobre a linguagem humana (considerados como documentos ou textos históricos)

tanto em sua dimensão interna (o que esses textos dizem, como dizem, por que o dizem), quanto em sua dimensão externa (o contexto histórico-social em que esses textos são legitimados como parte de um processo científico e/ou intelectual).

Ainda nessa perspectiva de reflexão, para uma reconstrução historiográfica da linguística, pode-se teoricamente considerar que a história é sucessão alternada de continuidades e descontinuidades. Há, portanto, a compreensão de que o desenvolvimento de estudos sobre a linguagem ao longo do tempo possibilitou a formação de tradições de pensamento, no sentido de que o conhecimento sobre línguas e linguagem configurou-se em perspectivas diversas, congregando intelectuais, cientistas, gramáticos em diferentes grupos, promovendo, conseqüentemente, embates em torno da manutenção ou de rupturas de modos de pensamento. Assim, um eixo de continuidades históricas se forma quando há adesão a saberes que já foram validados dentro de um campo e que têm reconhecimento de um grupo de pesquisadores; constrói-se, desse modo, uma tradição de pensamento. De maneira complementar, há também um eixo de descontinuidades históricas, no qual prevalecem a diferença, a oposição e a ruptura dentro de um campo de investigação científica.

A observação e a análise de movimentos de continuidades e descontinuidades na história da produção científica de estudos sobre a linguagem podem nos conduzir à reafirmação de que paradigmas científicos são essencialmente construções teóricas em busca de explicações a respeito da natureza e do funcionamento da linguagem humana. Nesse sentido, coloca-se em pauta o caráter provisório de teorias linguísticas¹. No entanto, na prática científica, que envolve agentes e suas formas de posicionamento em relação a teorias de que são adeptos e também em relação a modos de investigação com os quais não concordam, a argumentação estabelecida pelos pesquisadores é um dos elementos que deve estar na mira da investigação dos historiógrafos da linguística, pois, como afirma Borges Neto (2012, p. 58), ao avaliar a contribuição de filósofos da ciência do século XX, “uma das características mais marcantes da ciência é a tenacidade com que os cientistas defendem suas teorias

¹ “As teorias científicas são sempre provisórias e refletem certo estado do conhecimento, nunca sendo atribuído a elas o caráter de verdade final.” (Borges Neto, 2012, p. 38).

diante das refutações”, ou seja, “embora as teorias possam ser falseadas, os cientistas agem como se não o percebessem”.

De acordo com uma série de discussões na filosofia da ciência, o conhecimento humano e também o conhecimento científico podem ser considerados como comportamento ou forma de ação (Dascal, 1994, 2010; Dutra, 2008; Rajagopalan, 2009), no sentido de que a formulação de ideias e teorias e sua consequente recepção, em termos de aceitação ou refutação, se dão em complexo jogo em que se está considerando a presença de práticas sociais em contextos determinados de ação, o que podemos associar à noção de atos de fala, no sentido de que proferimentos estão articulados a intenções que devem provocar reações a manifestações essencialmente linguísticas. Assim, podemos considerar a prática científica como constituída também de ações linguísticas que orientam ou direcionam comportamentos em torno das ideias elaboradas pela investigação científica. Essa prática científica é constituída, por sua vez, de práticas linguísticas, organizadas e atualizadas em modos de dizer, em práticas discursivas, em usos da linguagem contextualmente delimitados e demarcados, como atos linguísticos que em sua essência procuram levar o outro a agir.

Nesse sentido, colocar qualquer produção de linguagem como objeto de uma análise implica levar em conta que a materialidade textual do que se diz em determinado contexto relaciona-se, intrinsecamente, por a refletir, com a própria situação que a engendrou, ou seja, estão de alguma forma inscritos na textualidade os agentes, produtores de linguagem e saber, dos discursos, seu contexto social de prática comunicativa, as especificidades de um gênero, as estratégias de argumentação. Por essa propriedade de estabelecer atos de fala, contextualizados em situações comunicativas específicas, estabelecendo ações por meio das trocas verbais (que não só referenciam, mas simbolizam, persuadem e levam a ações no mundo e nos meios sociais em que falantes se inserem), que os textos possuem é que se pode afirmar que não há uma exterioridade do texto ou dos enunciados efetivamente produzidos em uma interação comunicativa, mas uma relação permanente entre algo interno – da natureza linguística dos enunciados empregados pelos interlocutores – e algo externo – a situação social (lugar, tempo, modalidades e registros de uso da língua), os papéis e as hierarquias sociais, os propósitos comunicativos, as coerções dos estilos dos gêneros

como atividades de linguagem, confluências e embates ideológicos, valores culturais e históricos; elementos todos que, em conjunção, vão especificar modos de dizer dos cientistas e/ou intelectuais.

Essas reflexões sobre a prática intelectual e científica se associam ao que concebemos como a pesquisa em Historiografia da Linguística, campo das ciências da linguagem que coloca como tarefa essencial a descrição, análise e interpretação de momentos da história da linguística, ou da história dos estudos sobre a linguagem, objeto, portanto, dessa historiografia que procura problematizar os eventos em análise para poder compreendê-los em sua dimensão histórica e social. Como espaço de reflexão acadêmica e de ensino, a Historiografia da Linguística vem desde a década de 1970 (v. Batista, 2013) procurando estabelecer de modo mais programático suas diretrizes teórico-metodológicas, por isso é que se define como uma atividade de natureza meta-historiográfica (v. Swiggers, 2005) as reflexões e propostas que colocam como elemento principal de abordagem conceitos teóricos da área e possibilidades de tratamento dos documentos históricos.

Desse modo, propomos, neste artigo, uma abordagem de natureza meta-historiográfica, em primeiro lugar, pois colocamos em perspectiva problematizadora o uso de um elemento de análise reconhecido nos estudos da área como *retórica*², considerada como os modos de dizer de pesquisadores em busca da legitimação de seus saberes, em eixo de continuidades ou de rupturas com saberes que lhes são contemporâneos ou antecedentes na corrente histórica. Na próxima seção, apresentamos considerações de natureza meta-historiográfica sobre o que entendemos como *retórica* e seu alcance nos trabalhos que buscam investigar a história dos estudos sobre a linguagem.

² Não se entende aqui *retórica* como área de estudos sobre textos, argumentação, figuras de linguagem, tal como proposto, por exemplo, pela Retórica Clássica, Nova Retórica, Retórica Literária; também não se entende *retórica* como técnica do bem falar. O termo *retórica* é utilizado em um sentido técnico específico, denotando modos de discurso de indivíduos e/ou grupos que objetivam atingir algo por meio de seus enunciados, contextualizados histórica e socialmente, transmitindo intenções que visam a atingir objetivos maiores em uma comunidade, tendo em vista a legitimação ou não de saberes em uma determinada época. Neste texto, esse termo (assim como outros específicos para a área da Historiografia da Linguística) será grafado em itálico para sublinhar sua especificidade semântica e terminológica.

2 RETÓRICA NA ANÁLISE EM HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

Este texto está ancorado em algumas premissas: a) a produção científica é resultado de uma articulação entre fatores intelectuais, sociais e históricos; b) comunidades de pesquisadores em uma área específica relacionam-se em termos de embate ou diálogo com outras comunidades, sendo que pesquisadores marcam sua especificidade pelos discursos que firmam sua identidade e alteridade, ou seja, o posicionamento linguístico-discursivo adotado é marca de um complexo jogo de pertencimento e não pertencimento a centros de produção e divulgação do conhecimento; c) manifestações discursivas que advogam por descontinuidade em relação a determinados paradigmas de pesquisa podem estar atrelados a rupturas científicas de fato ou, ao contrário, podem se esvaziar apenas em um conteúdo discursivo, sem reflexo em práticas de construção do saber que se pretendem inovadoras em determinados modos e formas de investigação.

São os modos de dizer, ou seja, as manifestações linguístico-discursivas de linguistas, em defesa de continuidade ou descontinuidade, que definiremos aqui como *retórica*³ na pesquisa em Historiografia da Linguística. Modos de dizer circunscritos a contextos específicos nos quais pesquisadores se posicionam sobre formas de descrever e analisar fenômenos linguísticos. Procurando ampliar as considerações de Murray (1994), propomos essa noção como um dispositivo de análise que permitirá observar nas manifestações linguísticas, no âmbito do discurso científico em ciências da linguagem, posicionamentos de continuidade ou de ruptura na produção e divulgação de procedimentos de descrição e análise linguísticas. Para isso, considera-se que, quando comunidades científicas

³ A abordagem considerada como fundadora para a reflexão dos modos de dizer dos linguistas é a publicação de Murray (1994), que propõe a observação da retórica para uma análise de processos sociais que envolvem práticas científicas (e especificam o que entendemos como discursos científicos). O autor estabelece os conceitos de *retórica de continuidade* e *retórica de ruptura*. Esses conceitos dizem respeito a percepções que a comunidade de cientistas tem sobre si mesma e sobre suas formas de atuação nos ambientes em que empreende suas práticas de produção e difusão do conhecimento.

se organizam em torno de uma *retórica* de ruptura ou de adesão a um paradigma, a suposta neutralidade do discurso científico coloca-se diante de um posicionamento que se quer legítimo e ocupa seu lugar social, uma vez que fala de um espaço específico e demarcado⁴.

Essa *retórica* é veiculada em modalidades enunciativas específicas, associadas a imagens simbólicas produzidas pelos próprios atos de fala (imersos nos efeitos de sentido implicados no que se considera como ideal científico em determinada época), engendrados em um contexto social, histórico e ideológico (com todas as variáveis que esse complexo implica), que acaba por definir cada ato de enunciação como singular e específico, a partir de um sujeito enunciator da linguagem, visto, desse modo, como inserido em um jogo de forças entre a transparência (efeito de sentido) e a opacidade da linguagem.

Sendo assim, *retórica* em Historiografia da Linguística⁵ diz respeito não só a escolhas linguísticas e intenções (explícitas ou implícitas) dos atos comunicativos (tendo em vista validar, por meio dos enunciados produzidos em determinados contextos, ideias, saberes e práticas científicas), mas também ao lado persuasivo que está na base de toda interação verbal⁶. Na perspectiva historiográfica que aqui se propõe, considera-se que a imagem tradicional do fazer científico e intelectual é um efeito de sentido bem calculado, que mascara a subjetividade e a intersubjetividade que trazem humanidade à ciência e a recolocam, como já ressaltado, em lugares

⁴ “O empreendimento científico é corporativo. [...] Nunca se trata de um único indivíduo que passa sozinho por todas as etapas da cadeia lógico-indutiva, e sim de um grupo de indivíduos que partilham entre si o trabalho mas fiscalizam permanente e zelosamente as contribuições de cada um.” (Ziman, 1979, p. 25)

⁵ Considerar *retórica* como elemento de análise traz como consequência a afirmação de que a ciência e o conhecimento intelectual devem ser situados em um panorama sociológico, pois se entende ciência como produto de uma situação social específica, que pode ser observada também nos meios de troca do conhecimento, os quais passam a adquirir valores a serem alcançados ou negados, um capital reconhecido pelas comunidades de pesquisadores e intelectuais. Valores que podem ser materializados em ampla rede intertextual de citações, legitimadora do conhecimento e do fazer científico adquiridos e divulgados pelos sujeitos que os elaboram em busca da validação de saberes.

⁶ O emprego do termo *retórica* na tradição clássica grega relacionava-se exatamente com essa propriedade persuasiva dos dizeres, com os treinamentos para convencer por meio da palavra e por meio dela também vencer debates e disputas que se davam pelo exercício da prática oral da linguagem. (v. Neves, 2005)

históricos e sociais definidos⁷. Recupera-se, portanto, a persuasão que, de fato, está na base, muitas vezes não perceptível em nível superficial, de todos os tipos de discurso, e não só naqueles que mais ostensivamente nos revelam suas estratégias suasórias. Está, pois, nas falas, nas argumentações, nas escolhas discursivas de pesquisadores a *retórica* que procura convencer o outro da legitimidade de uma prática científica e/ou intelectual.

Nessa linha de pensamento, deve-se considerar que a força persuasiva de uma *retórica* espelha e projeta uma ideologia, marcada, por exemplo, em seleções lexicais, em jogos de oposição e contraste (entre outros aspectos) que ordenam e concretizam as mensagens dos cientistas e dos intelectuais. Essa camada mais visível da língua possibilita a materialização de outro nível de significação, nem sempre óbvio: os significados que se dizem e não se dizem e que expõem, de modos diversos, universos de saberes dos envolvidos nas trocas intelectuais e na produção de conhecimento. São esses saberes que permitem um enquadramento em culturas científicas e intelectuais específicas, em *grupos de especialidade* (comunidades de pesquisadores e intelectuais) que autorizam dizeres.

Essas considerações iniciais sobre *retórica* relacionam-se à proposição de um método de reconstrução histórica interpretativo, ou hermenêutico, como prefere Schlieben-Lange (1993). Para o fazer historiográfico devem ser levados em conta os seguintes aspectos: a) quem fala sobre a língua, a partir de qual espaço discursivo, e conseqüentemente, institucional e ideológico⁸; b) qual conhecimento sobre a língua é proposto e de que maneira esse conhecimento se situa em um “horizonte de retrospectção” (Auroux, 2006), contextualizando dizeres e afirmações em uma rede intertextual e interdiscursiva de saberes; c) para quem se fala sobre a língua; d) com que formas e em que modos o conhecimento sobre a linguagem é veiculado, ou seja, como se estabelecem *retóricas* de continuidade ou de descontinuidade na construção dos saberes sobre a linguagem.

⁷ “Now, to regard science as an enterprise marked by controversies and constant clashes of opinion amongst researchers with conflicting and competing views is to admit that scientific research is over and above everything else a *human* affair.” (Rajagopalan, 2009, p. 435).

⁸ “‘Ideologia’ se define classicamente de acordo com dois elementos: uma função valorativa, normativa, diretiva que corresponde aos interesses de um grupo ou classe dominante numa sociedade; e o ocultamento desta função e de sua origem, produzindo-se uma ilusão de objetividade que de resto é indispensável para que a ideologia exerça sua função diretiva. A linguagem apresenta-se assim como instância autônoma, como meio transparente, enquanto na realidade é uma prática social concreta, e as relações sociais que a pressupõem e que a constituem não são simples e aparentes.” (Marcondes, 1992, p. 29).

Entende-se que o discurso científico e intelectual, por meio de estratégias elaboradas por seu enunciador, procura em essência persuadir seu coenunciador da validade de um paradigma de pesquisa, do seu arcabouço teórico e do seu instrumental metodológico. Tendo isso em vista, para que possamos analisar uma prática discursiva no domínio das ciências e da produção de conhecimento, é proposto que a *retórica* seja considerada a partir da análise de:

- a) temas e conteúdos proposicionais presentes nos textos sob análise;
- b) seleções lexicais, construções sintático-semânticas, isotopias;
- c) processos de sequencialização e referencialização que instauram objetos de discurso;
- d) modalizações;
- e) estratégias de argumentação;
- f) pressupostos e subentendidos nos dizeres;
- g) incorporação de enunciadores, criando redes intertextuais e interdiscursivas;
- h) tons enunciativos adotados e estabelecimento de *ethos* dos produtores dos textos;
- i) estilos de escrita.

Assim, propomos considerar o discurso científico a partir de uma hipótese central que estabelece que um texto é uma prática comunicativa que envolve sujeitos que enunciam (os agentes que elaboram e difundem um saber historicamente localizado), em modos específicos de materializar efeitos de sentido em determinado contexto de enunciação, e procuram persuadir seus interlocutores a acatar ideias, saberes, pensamentos, sempre a partir de uma circunscrição histórica, social e ideológica dos dizeres. Um texto, nesse sentido, é uma materialidade e uma singularidade também, uma vez que atualizado e reatualizado constantemente nas práticas

comunicativas produtoras dos mais variados efeitos de sentido, em meio a relações intertextuais e interdiscursivas.

Além desses aspectos linguísticos, que dizem respeito à configuração interna dos textos escritos por linguistas (nosso material de análise e documento histórico), a circunscrição social dessa *retórica* é fundamental para a compreensão das práticas discursivas dos produtores de ciência e de saberes sobre a linguagem. Desse modo, interessa o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência ou área de saber e de suas práticas discursivas.

Em busca da discussão e correlação dos dados, para elaborar uma reflexão crítica das escolhas tomadas pelos agentes que trataram de um problema situado em determinado contexto/período, serão considerados também como elementos de análise:

- a) o *clima de opinião* em que *paradigmas* são propostos⁹;
- b) a formação de *grupos de especialidade*¹⁰ que produzem pesquisas e/ou conhecimento em um *paradigma*;
- c) a formação dos pesquisadores responsáveis por orientar estratégias de tratamento linguístico no âmbito de *grupos de especialidade*;

⁹ Ainda que haja uma série de críticas a respeito do controverso emprego do termo e da noção de *paradigma* como formulada por Thomas Kuhn em 1962, ela permanece adotada nesta proposta de trabalho, considerando um distanciamento crítico em relação à proposta kuhniana original e fazendo as adaptações necessárias para uma análise em Historiografia da Linguística. Na revisão em que novamente se debruça sobre o termo *paradigma* e sua configuração teórica, diz Kuhn: “No livro [de 1962], o termo ‘paradigma’ ocorre em estreita proximidade, física e lógica, com a expressão ‘comunidade científica’. Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica, e apenas eles, compartilham. Reciprocamente, é a posse de um paradigma em comum que institui a comunidade científica a partir de um grupo de pessoas com outras disparidades” (Kuhn, 2011[1977], p. 312).

“A noção paradigmática de Kuhn e o conceito de Carl Becker dum ‘clima de opinião’ - se redefinidos com o propósito de escrever a história da linguística - parecem-me ser os pilares sobre os quais uma historiografia linguística pode repousar.” (Koerner, 2014, p. 12)

¹⁰ A expressão “grupo de especialidade” é de uso constante em Historiografia da Linguística, a partir de Murray (1994), denotando comunidades de pesquisadores em torno de um mesmo paradigma.

- d) a formação de círculos de interlocução de intelectuais que tratam da linguagem e seus fenômenos;
- e) as etapas de construção do conhecimento linguístico, tendo em vista em que medida fatores sociais e históricos podem ter contribuído para aceitação ou refutação de propostas de descrição e análise;
- f) os modos de comunicação e divulgação de saberes;
- g) a institucionalização do conhecimento científico e intelectual;
- h) a recepção que saberes obtiveram em meio ao processo de desenvolvimento dos estudos da linguagem.

Propomos que a análise da *retórica* adotada pelos pesquisadores e intelectuais seja feita a partir da correlação, necessária e constante, dos fatores de natureza linguística (que poderíamos associar à noção corrente em Historiografia da Linguística de parâmetros internos de análise) com os fatores de natureza social e histórica (associados, do mesmo modo, ao que se denomina de parâmetros externos de análise). É exatamente essa correlação que possibilita ao historiógrafo mapear e interpretar a história como sucessão de eventos instaurados em relações causais determinantes de posicionamentos científicos, intelectuais que estão, de acordo com nossa hipótese central, impressos nos enunciados assumidos pelos produtores de conhecimentos em seus discursos, entendidos aqui, como já discutimos, como práticas discursivas criadoras e difusoras de imagens simbólicas que não conseguem se limitar ao que tradicionalmente se entende como uma espécie de objetividade da pesquisa, simulacro discursivo tão divulgado da prática científica.

Desse modo, poderemos chegar a uma interpretação de uma pragmática da investigação científica, no sentido de que será possível, por meio da análise da *retórica* adotada por cientistas, observar em que medida os discursos científicos concretizam-se, na verdade, como ações linguísticas e sociais que se inserem no complexo social que as engendrou e legitimou ou não sua presença. Essa dimensão pragmática¹¹ dos

¹¹ Consideramos aqui uma revisão contemporânea de uma Pragmática que já pode ser considerada como clássica (propostas de Grice e Austin, por exemplo). Essa Pragmática de

dizeres considera que os atos de linguagem, além de se situarem em um complexo social, histórico e ideológico, são componentes fundamentais dos processos comunicativos, nos quais e a partir dos quais diferentes efeitos de sentido são estabelecidos.

Em termos de procedimentos metodológicos, propomos que, a partir da consideração dos elementos textuais e sociais da *retórica* (como os apontamos anteriormente), sejam consideradas como subcategorias de análise, possibilitando, assim, a *articulação* entre o linguístico e o histórico-social (elemento essencial para a interpretação historiográfica, como ressaltamos nos parágrafos anteriores):

- a) **Objetivo e Contexto Histórico-Social:** análise do propósito central do documento em observação, com a descrição e interpretação do processo argumentativo empreendido pelo autor do documento, em conjunto com a circunscrição em tradições de pensamento, grupos de especialidade, contextos intelectuais e/ou acadêmicos, por exemplo (consideração dos fatores externos que possibilitam a presença de um documento no processo histórico de atuação e permanência);
- b) **Público e Modos de Divulgação:** descrição dos receptores do documento (Para quem se produziu determinado tipo de informação? Quem se procura convencer de determinada ideia e prática de descrição e análise?) e dos mecanismos pelos quais ele se torna presente em um grupo (Qual o tipo do texto? Qual o gênero? Qual o tipo de abordagem adotada, por exemplo, se fala para especialistas ou para não especialistas em determinado assunto, os propósitos são didáticos?);

feição clássica aposta teoricamente na existência de uma racionalidade e homogeneidade existente no processo comunicativo e nas intenções compartilhadas pelos falantes. Para nossas considerações, a Pragmática que nos interessa possui outro direcionamento, uma vez que recoloca no centro de interesse a heterogeneidade, a fluidez dos sentidos e a instabilidade destes nos diferentes processos de interação verbal. Essa perspectiva tem sido reconhecida, no Brasil, como Nova Pragmática, a partir das propostas de Kanavillil Rajagopalan (Rajagopalan, 2010; Silva, Ferreira e Alencar, 2014), que também apresenta diversas reflexões sobre a prática científica, o processo de argumentação e a ciência como ação pragmática (Rajagopalan, 2008, 2009).

- c) **Ethos e Tom:** análise dos enunciadores de um documento, procurando evidenciar a circunscrição histórica, social, ideológica e científica de linguistas, por exemplo, envolvidos na produção e difusão de conhecimento; qual o tom adotado pelos produtores dos discursos e da *retórica*, qual imagem simbólica eles projetam pela *retórica* que adotam?
- d) **Evidências para argumentação:** descrição e análise do material que apoia a *retórica* presente nos documentos históricos;
- e) **Estrutura textual e argumentação:** análise do modo como os materiais e a *retórica* estão organizados e elaborados para a defesa de determinado ponto de vista em um processo argumentativo (consideração dos fatores linguísticos de composição do documento histórico).

3 CONCLUSÃO: A FORÇA DAS PALAVRAS E SEU VALOR HISTÓRICO

Considerar a *retórica* para a interpretação de períodos da história da linguística define como ponto central de observação o discurso dos cientistas da linguagem, dos intelectuais e de outros agentes que se preocuparam com as línguas e a linguagem humana. Na dimensão linguístico-discursiva que esses agentes delimitam e firmam no processo histórico, reconhecemos as marcas de iniciativas sociais e subjetivas que colocam uma prática intelectual e científica em contextos configurados pela própria ação linguística de seus executores, em ressonância com o conceito de atos de fala e com a compreensão da linguagem como ação, no sentido de que os dizeres, localizados e circunscritos em uma dinâmica social, elaboram espaços de inserção científica e intelectual em contextos mais amplos.

Espaços que serão ou não validados por outros pesquisadores e outros intelectuais, ficando para a história de uma área como trajetória de sucesso ou fracasso. Espaços delimitados pela força de uma *retórica*, como numa chave elementar: a palavra define esferas de atuação e é dela que saem recortes de identidade de pesquisadores e intelectuais que, mesmo

desatentos a essa configuração histórica, fazem de sua busca pelo saber também uma busca identitária em meio aos discursos que produzem.

Assim, pode-se argumentar que a *retórica* adotada por pesquisadores e intelectuais precisa estar articulada, essencialmente, a fatores que possam lhe dar sustentação e validade: a) a proposta de renovação que acompanha uma *retórica de descontinuidade* precisa ser divulgada por pesquisadores que sejam reconhecidos por seus pares, ou seja, há a necessidade de um argumento de autoridade por trás dos dizeres; b) a *retórica de descontinuidade* precisa se espelhar na proposta teórico-metodológica que se coloca como inovadora, sendo que as demonstrações teóricas e os procedimentos metodológicos devem de fato transmitir a comunidades científicas e intelectuais a aparência e a essência de novidade em relação a uma tradição intelectual ou científica; c) a *retórica de continuidade* precisa estar relacionada a uma tradição de pensamento que seja reconhecida e legitimada como tal entre comunidades científicas e intelectuais; d) a história do conhecimento sobre línguas e linguagem está permeada de movimentos de continuidade e descontinuidade, sendo, portanto, também uma história de posicionamentos argumentativos que visam, em última instância, a legitimação de saberes e o pertencimento a grupos específicos que garantem uma identidade aos pesquisadores e intelectuais.

Seguindo uma tradição na história das ciências, reforça-se a consideração de que a ciência e os empreendimentos intelectuais, como campo do conhecimento, são espaços de disputas e de posicionamentos argumentativos, associados, sem dúvida, a cargos institucionais, reconhecimento intelectual, busca de verbas para pesquisa, editoras para publicação, confrontos pessoais e profissionais, entre outros aspectos.

Na conhecida metáfora sobre ciência e cientistas (possível de ser expandida para os saberes e os intelectuais, para as práticas pedagógicas e os professores e gramáticos, enfim, para todos aqueles envolvidos com produção e recepção de conhecimento), há constantemente um *guerra* nas controvérsias científicas e intelectuais, que se materializa efetivamente nas práticas discursivas desses agentes que constroem e divulgam saberes, isto é, nas *retóricas* que os cientistas e os intelectuais assumem em situações específicas na busca por legitimidade social e institucional.

Desse modo, acreditamos ser legítimo considerar os posicionamentos argumentativos dos cientistas e intelectuais como um elemento de análise – a *retórica* –, com o objetivo central de iluminar pontos nem sempre claros

da história do conhecimento sobre línguas e linguagem, exatamente no espírito das palavras de Rajagopalan (2008, p. 117), para quem:

a questão, portanto, não é se uma afirmação do cientista corresponde ou não aos fatos, ou às percepções. Os fatos da ciência são resultantes de atos performativos praticados pelos cientistas. E a Linguística está repleta de exemplos disso. Como diz McCloskey (1984, p. 106), ‘o erro está em pensar que estejamos engajados em atos proposicionais, que são regidos pela lógica formal, quando na verdade estamos engajados – o tempo todo – em atos ilocucionários, que são retóricos’.

REFERÊNCIAS

- Altman C. A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas; 1998.
- Auroux S. Les modes d’historicisation. *Histoire Épistémologie Langage* 2006;28(1):105-116.
- Batista RO. Introdução à Historiografia da Linguística. São Paulo: Cortez; 2013.
- Borges Neto J. Filosofia da Linguística. In: Gonçalves A, Góis M, organizadores. *Ciências da linguagem: o fazer científico*. v. 1. Campinas: Mercado de Letras; 2012. p. 35-63.
- Bourdieu P. Os usos sociais da ciência. (Trad. de Denice Barbara Catani de conferência e debate organizados em março de 1997). São Paulo: Unesp; 2004.
- Dascal M. Epistemologia, controvérsias, polêmicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Historia da Ciência*, 1994;12:73-98.
- Dascal M. Types of polemics and types of polemical moves. In: Capone A, editor. *Perspectives on Language Use and Pragmatics: A Volume in Memory of Sorin Stati*, München: Lincom; 2010. p. 77-97.
- Dutra L. *Pragmática da investigação científica*. São Paulo: Loyola; 2008.

Koerner K. Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados. Vila Real: Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro; 2014.

Kuhn T. A tensão essencial. (Trad. de Marcelo A. Penna-Forte do orig. inglês de 1977). São Paulo: Unesp; 2011.

Maingueneau D. Novas tendências em Análise do Discurso. (Trad. de Freda Indursky do orig. francês de 1987). Campinas: Pontes: Editora da Unicamp; 1997.

Marcondes D. Filosofia, linguagem e comunicação. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez; 1992.

McCloskey DN. The literary character of economics. *Daedalus* 1984;113(3):97-119.

Murray S. Theory groups and the Study of Language in North America. A social history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 1994.

Neves MHM. A vertente grega da gramática tradicional. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Unesp; 2005.

Rajagopalan K. Argumentação e discurso científico numa perspectiva pragmática. *Estudos Linguísticos*, 2008;37(1):113-119.

Rajagopalan K. Science, Rhetoric, and the Sociology of Knowledge: A Critique of Dascal's Views of Scientific Controversies. In: Wrigley M. Dialogue, Language, Rationality. A Festschrift for Marcelo Dascal. Unicamp; 2009. p. 433-464.

Rajagopalan K. Nova Pragmática: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola; 2010.

Schlieben-Lange B. História do falar e história da linguística. Trad. de Eni Orlandi e et al. Campinas: Pontes; 1993.

Silva DN, Ferreira DMM., Alencar CN, organizadores. Nova Pragmática: modos de fazer. São Paulo: Cortez; 2014.

Swiggers P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía linguística. In: Zumbado C. et al., editores. Nuevas aportaciones a la historiografía linguística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna, 22 al 25 de octubre de 2004. Madrid: Arco Libros; 2005. p. 113-146.

Ziman J. O conhecimento público. (Trad. de Regina Regis Junqueira do orig. inglês de 1968). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1979.

Recebido em: 08/03/2016

Aceito em: 16/05/2016
